Fasul Educacional EaD
Rua Dr. Melo Viana, nº. 75 - Centro - Tel.: (35) 3332-4560
CEP: 37470-000 - São Lourenço - MG

FASUL EDUCACIONAL
(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

CONTABILIDADE PÚBLICA E ORÇAMENTO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTABILIDADE PÚBLICA E ORÇAMENTO

DISCIPLINA:
CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

EMENTA

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui aspectos como qualquer outra ciência: um objeto de estudo, um objetivo e campos de aplicação. O objeto da ciência contábil, em seu sentido amplo, é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade. Assim como ocorre em outras ciências, a contabilidade possui ramificações, seja para fins acadêmicos, seja para profissionais. Por ser a contabilidade governamental uma dessas ramificações da ciência contábil, não poderia ter um objeto diferente da ciência que a origina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
ENTIDADES A QUE SE DESTINA A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
LEIS E REGULAMENTOS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS
ESTRUTURA CONCEITUAL APLICADA À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL (NBC TSP)

AULA 2
REGIMES CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS
ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO

AULA 3
INSTRUMENTOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO
RECEITA PÚBLICA
DESPESA PÚBLICA
ILUSTRAÇÃO – ETAPAS DA RECEITA E DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

AULA 4
ESTRUTURA DO PCASP
NATUREZA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL
LANÇAMENTOS E REGRAS DE INTEGRIDADE
SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)

AULA 5
COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 6
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Estrutura conceitual da Casp: panorama geral e elementos das demonstrações contábeis Secofem/2019. Brasília, 2019a. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/779065/MOD_+01_Plano+de+Contas+Aplicado+ao+Setor+P%C3%BAblico+%E2%80%93%20PCASP.pdf/7cb790ef-e961-48b7-bbb4-77933e84fe0a.
- SOBRE A CONTABILIDADE pública. Tesouro Nacional, 15 maio 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6flXO3V6-fM.
- SOBRE O TESOURO Nacional. Tesouro Nacional, 15 maio 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2ASbQY5uUH8.

DISCIPLINA:
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

EMENTA

A contabilidade tem a potencialidade de gerar informações para os mais variados usuários e setores da economia. Nas entidades classificadas como de direito público, essa realidade não poderia ser diferente. Os dados gerados pela contabilidade, por exemplo, são responsáveis por evidenciar a quantidade de gasto do governo; áreas que estão consumindo maiores recursos; arrecadação pública; tributos que têm maior representatividade nas receitas públicas; dentre outras informações imprescindíveis para a gestão e o controle público. Todo esse conteúdo é evidenciado pela área da contabilidade chamada contabilidade aplicada ao setor público, que possui algumas especificidades, aderentes às necessidades do setor público. Falaremos sobre a designação dessa área no decorrer desta aula. Não obstante, na área pública também existe uma preocupação relacionada à despesa e receita pública. Como, então, o governo autoriza e processa esses dispêndios e entradas de recursos? A propósito, esse registro é pelo regime de caixa ou de competência? No decorrer da aula, tentaremos trazer informações que irão auxiliá-lo a sanar essas e outras dúvidas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
ASPECTOS INTRODUTÓRIOS
ORÇAMENTO PÚBLICO
CRÉDITOS ADICIONAIS
SUBSISTEMAS DE INFORMAÇÃO
REGIME DE CAIXA VERSUS COMPETÊNCIA

AULA 2
CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES
ESTÁGIO DA DESPESA
RESTOS A PAGAR
DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
LANÇAMENTO CONTÁBIL

AULA 3
CONCEITOS
CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA
ESTÁGIO DA RECEITA
RECEITA E LRF
LANÇAMENTO CONTÁBIL

AULA 4
PLANO DE CONTAS E LANÇAMENTOS BÁSICOS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

AULA 5
BASE DE MENSURAÇÃO
AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
REAVALIAÇÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS

AULA 6
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)
EMPRÉSTIMOS E A LRF
LIMITES ESTABELECIDOS PELA LRF PARA OS GASTOS PÚBLICOS
ACCOUNTABILITY NO SETOR PÚBLICO
CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, I.; ARRUDA, D. Contabilidade Pública da Teoria a Prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÌCIBUS, S. de; MARTINS, E. Manual de Contabilidade Societária. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- KOHAMA, H. Contabilidade Pública – Teoria e Prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DISCIPLINA:
ORÇAMENTO PÚBLICO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

EMENTA

É bem conhecida a expressão de que os recursos (financeiros, materiais, tecnológicos) são escassos, mas as necessidades humanas são ilimitadas, daí ser impossível atender a todas as demandas de uma sociedade. Por isso, é preciso planejar todos os gastos, fazendo um orçamento e determinando as prioridades a serem alcançadas. Mas, para que fazemos um orçamento? Quando queremos estimar o custo de algo, costumamos levantar tudo o que será necessário para que ele se efetive. Precisamos ter disciplina, organização e equilíbrio nos gastos a fim de que um orçamento não fique aquém das expectativas. No setor público, a disciplina fiscal e a busca do equilíbrio entre receitas e despesas constituem elementos essenciais à saúde financeira do Estado. Isso possibilita a prestação de serviços públicos de qualidade, mantém o poder aquisitivo da moeda e um ambiente de negócios que traga crescimento e desenvolvimento econômico. E como isso se fundamenta no setor público? É o que veremos a partir de agora.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
CAMPO DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O FUNCIONAMENTO DO GOVERNO FEDERAL
FUNÇÕES DO ESTADO E SUAS ATRIBUIÇÕES NA ERA CONTEMPORÂNEA
FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO NA ERA CONTEMPORÂNEA
CASE: O PLANO REAL E A ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA

AULA 2
MODALIDADES ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO PROGRAMA
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
CASE: AVALIAÇÃO DE RESULTADOS EM UMA AÇÃO GOVERNAMENTAL

AULA 3
PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)
CASE: EMENDA PARLAMENTAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ATENDIMENTO DAS PRIORIDADES SOCIAIS

AULA 4
RECEITAS CORRENTES
RECEITAS DE CAPITAL
ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA
CASE: RECEITAS PÚBLICAS E A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

AULA 5
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM A CATEGORIA ECONÔMICA
ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
CASE – PUNIÇÃO APLICADA POR NÃO RESPEITAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A CONSTITUIÇÃO

AULA 6
SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI
CONTROLE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
CONTROLE EXTERNO
CASE: CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO PARA CONSTRUIR UM PAÍS MELHOR

BIBLIOGRAFIA

- ONTI, J. M. A autonomia financeira do Poder Judiciário. 2. ed. São Paulo: Blücher, 2018.
- FELONIUK, W. Números do Poder Judiciário brasileiro: expansão de atuação e comparação com sistemas europeus. Jus.com.br, 2019. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/72709/numeros-do-poder-judiciario-brasileiro-expansao-de-atuacao-e-comparacao-com-sistemas-europeus/2.
- GIACOMONI, J. Orçamento governamental. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DISCIPLINA:
ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE FISCAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
ESTRUTURA DO ESTADO: PODER EXECUTIVO
TRAJETÓRIA E EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS
PRINCIPAIS MODELOS DE ORÇAMENTO PÚBLICO
FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO

AULA 2
PLANO PLURIANUAL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA
PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS APLICADOS À LOA

AULA 3

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS
CRÉDITOS ADICIONAIS
CODIFICAÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIA CORRENTE
ESTÁGIOS DAS RECEITAS

AULA 4
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
ESTÁGIOS DA DESPESA
RESTOS A PAGAR

AULA 5
CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL
SIAFI
REGIME CONTÁBIL DA RECEITA E DA DESPESA
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 6
CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
DÍVIDA PÚBLICA
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EXECUÇÃO E ORÇAMENTO

DISCIPLINA:
CONTABILIDADE DE CUSTOS

EMENTA

Competitividade é um termo que resume o que as empresas vivem atualmente por conta da globalização, e sobre o impacto das possibilidades que o consumidor possui diante das tecnologias de informação e comunicação. Hoje em dia o consumidor possui à sua disposição inúmeras opções de compras pelos mais diversos canais de distribuição, e esses fatores fazem com que as empresas tenham que rever seus processos e suas atividades constantemente, sempre buscando se atualizar e se manterem competitivas. Nesse contexto, a contabilidade surge como ferramenta essencial que busca fornecer informações sempre relevantes para o processo de tomada de decisões, principalmente no que tange ao desenvolvimento de novas técnicas operacionais que visem um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis aos gestores, buscando otimizar o resultado das entidades. Diante desse aspecto, a ciência contábil está sempre buscando desenvolver novas técnicas que venham a aprimorar as práticas e satisfazer as necessidades do homem de hoje, principalmente no que tange aos negócios. Uma das formas mais eficientes usadas pelas empresas para se tornarem mais competitivas é o tratamento dos custos nos seus processos produtivos, o que é subsidiado por técnicas desenvolvidas e oferecidas pela contabilidade de custos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
A CONTABILIDADE FINANCEIRA, A DE CUSTOS E A GERENCIAL
TERMINOLOGIAS APLICADAS À CONTABILIDADE DE CUSTOS
PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS A CUSTOS
ESQUEMA BÁSICO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
A CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA ATENDER À CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E FISCAL

AULA 2
MATERIAIS DIRETOS: CONCEITO, DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

IMPOSTOS NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: O CUSTO MÉDIO
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: PEPS (FIFO)
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: UEPS (LIFO)

AULA 3
SEPARAÇÃO ENTRE MÃO DE OBRA DIRETA E INDIRETA
APONTAMENTO DA MÃO DE OBRA DIRETA
COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE MÃO DE OBRA DIRETA
TEMPO NÃO PRODUTIVO DA MÃO DE OBRA DIRETA
OUTROS GASTOS DECORRENTES DA MÃO DE OBRA

AULA 4
IDENTIFICAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO
DEPARTAMENTALIZAÇÃO
DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE RATEIO
RATEIO DOS CUSTOS DOS DEPARTAMENTOS
IMPORTÂNCIA DA CONSISTÊNCIA DOS CRITÉRIOS

AULA 5
SISTEMA DE CUSTEIO DIRETO
SISTEMA DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO
SISTEMA DE CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)
SISTEMA DE CUSTEIO RKW
CUSTOS EM ENTIDADES COMERCIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS

AULA 6
CUSTEAMENTO POR ORDEM
CUSTEAMENTO POR PROCESSOS
CUSTEAMENTO EM AMBIENTES DE PRODUÇÃO CONJUNTA
CONTABILIDADE DE CUSTOS E O PRONUNCIAMENTO CPC 16 ESTOQUES
PERDAS NA PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA QUALIDADE

BIBLIOGRAFIA

- HORNGREN, C. T.; DATAR, S. M.; FOSTER, G. Contabilidade de custos, 2. 4. reimp. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- PADOVEZE, C. L. Contabilidade geral. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2016. p. 31
- SOUZA, A.; CLEMENTE, A. Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégicas – exercícios resolvidos e propostos com utilização do EXCEL. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DISCIPLINA:
CONTROLADORIA

RESUMO

Nos últimos anos, muitos estudos têm se dedicado a explorar os principais aspectos da controladoria, no entanto você deve estar se perguntando como ela surgiu. Você conhece a história da controladoria? A origem da controladoria está ligada de forma direta ao processo de evolução dos meios sociais e de produção que ocorreram com a Revolução Industrial (desde o século XVIII). Dentre os fatores responsáveis pela origem da controladoria, cita-se: “Aumento em tamanho e complexidade das organizações; globalização física das empresas; crescimento nas relações governamentais com negócios das companhias; aumento no número de fontes de capital” (Schmidt; Santos; Martins, 2014, p. 1). O primeiro fator é talvez um dos mais impactantes no modelo de gestão das organizações: as grandes empresas passaram por diversas modificações no que tange a

sua estrutura, devido às mudanças nos processos de produção estimuladas pela Revolução Industrial. Com ela, a natureza dos negócios mudou, surgiram grandes empresas, e, com a construção da estrada de ferro nos Estados Unidos (século XIX), tornou-se possível o aumento da produtividade devido ao aumento da demanda de produtos (Schmidt; Santos; Martins, 2014). Assim, com o aumento físico das empresas, juntamente com a ampliação da demanda, houve a necessidade de criação de mecanismos de acompanhamento e gestão dessas novas instituições.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
CONTROLADORIA
PAPEL DA CONTROLADORIA NO PROCESSO DE GESTÃO
CONTROLADORIA COMO ÓRGÃO EMPRESARIAL
RAMO DE CONHECIMENTO E O PROFISSIONAL DE CONTROLADORIA

AULA 2
ESTILO DE GESTÃO
PROCESSO DE GESTÃO E MODELO DE DECISÃO
MODELO DE INFORMAÇÃO
MODELO DE MENSURAÇÃO

AULA 3
CONTABILIDADE GERENCIAL
CONTABILIDADE FINANCEIRA
CONTABILIDADE, FISCO E LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E A ANÁLISE ATRAVÉS DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

AULA 4
ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL
ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
VANTAGEM DO USO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

AULA 5
LIMITAÇÕES DO ORÇAMENTO
PLANEJAMENTO ECONÔMICO
PLANEJAMENTO FINANCEIRO
PLANEJAMENTO DE CAPITAL

AULA 6
BENEFÍCIOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL
SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM CONTROLADORIA
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL (SIGE)
ASPECTOS GERAIS DE BALANCED SCORECARD

BIBLIOGRAFIAS

- FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LUNKES, R. J. Contabilidade gerencial – um enfoque na tomada de decisão. Florianópolis: Visual Books, 2007.
- MORANTE, A. S.; JORGE, F. T. Controladoria: análise financeira, planejamento e controle orçamentário. São Paulo: Atlas, 2008.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

RESUMO

A grande responsabilidade do governo é proporcionar bem-estar à coletividade, e para que isso possa ocorrer é necessário que seja feito um planejamento dos programas a serem desenvolvidos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), em seu artigo 1º, informa que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, salientando a importância dos instrumentos orçamentários na área pública (Brasil, 2000). Esses instrumentos são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estão previstos na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo nº 165: "Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais" (Brasil, 1988). Algo importante nesse trecho da CF é que os instrumentos orçamentários são iniciados pelo poder executivo, e não legislativo, apesar de serem leis ordinárias, e sempre aprendemos que leis são elaboradas pelo Poder Legislativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONTROLE INTERNO E EXTERNO
GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO PÚBLICA
ESTRUTURA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP)

AULA 2
INFORMAÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E PARA LEVANTAMENTO DE BALANÇOS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO (BO)
BALANÇO FINANCEIRO NO SETOR PÚBLICO (BF)
BALANÇO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO (BP)

AULA 3
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)
NOTAS EXPLICATIVAS (NE)
CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

AULA 4
ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA
ANÁLISE DE CAIXA NO SETOR PÚBLICO
ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA
ANÁLISE FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO NO SETOR PÚBLICO

AULA 5
RECEITA E SUA FUNÇÃO NO EQUILÍBRIO FISCAL
COMPETÊNCIA E PANORAMA DAS RECEITAS NO BRASIL
COMPONENTES DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO
INDICADORES DE ANÁLISE DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

AULA 6
GASTOS PÚBLICOS E EFICIÊNCIA DOS GASTOS
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO
NECESSIDADES DA COMUNIDADE
RESULTADO ECONÔMICO NO SETOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 7. ed. Brasília/ DF, 2017. Disponível em: http://portaria3992.saude.gov.br/images/legislacao/MCASP_7_edicao_Versao_Republicacao_2017_06_02.pdf.
- DENHARDT, R. B. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DISCIPLINA:
RESPONSABILIDADE FISCAL

EMENTA

Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
FUNÇÕES DO ESTADO
CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO
REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2
ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL
ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL
CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO
NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?

AULA 3
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
LICITAÇÕES
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4
ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO
ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS

AULA 5
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

DO PLANEJAMENTO
DA DESPESA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DA RECEITA PÚBLICA

AULA 6
INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS
SOBRE AS RECEITAS
SOBRE AS DESPESAS
SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIA

- CALCIOLARI, R. P. Quem controla o controlador? Polêmicas advindas da aprovação da Lei 13.655/2018. Consultor Jurídico, 4 maio 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-mai-04/ricardo-calciolari-polemicasadvindas-aprovacao-lei13655.
- HACK, E. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. 2. ed. rev. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- OLIVEIRA, F. J. A responsabilidade civil das empresas estatais. Jota, 20 set. 2017. Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-dojusten/a-responsabilidade-civil-das-empresas-estatais-22092017.

DISCIPLINA:
INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO PÚBLICA

EMENTA

A Administração Pública está inserida em um ambiente excessivamente complexo, em que as mudanças acontecem de maneira imprevisível e com um ritmo acelerado. Em virtude disso, a amplitude das diversidades de fatores internos e externos influenciam o desempenho organizacional. Neste contexto, a Administração Pública deve estar sempre inovando e apresentando as boas práticas no gerenciamento da coisa pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
ESTADO, GOVERNO E NAÇÃO
POLÍTICAS PÚBLICAS
SERVIÇOS PÚBLICOS
FALHAS DE GOVERNO

AULA 2
MODELO BUROCRÁTICO DE ADMNISTRAÇÃO PÚBLICA
MODELO GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS MODELOS BUROCRÁTICO E GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NOVA GESTÃO PÚBLICA NAS REFORMAS SOCIAL-DEMOCRÁTICA E SOCIAL-LIBERAL

AULA 3
VALORES UNIVERSAIS
ÉTICA E CIDADANIA NA GESTÃO PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO E A LEI Nº 12.527/2011
A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

AULA 4
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA A GESTÃO POR RESULTADOS
GOVERNABILIDADE, GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY
O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

AULA 5
ESTRUTURAÇÃO DO CUSTOMER SUCCESS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
PAPEL DO PARLAMENTO NA EFICÁCIA DO DESENVOLVIMENTO E NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AULA 6
ODS 1 E ODS 5
ODS 9 E ODS 10
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E PARCERIA GLOBAL
ESTRATÉGIAS PARA INCORPORAR A AGENDA 2030 NO BRASIL

BIBLIOGRAFIA

- BRUDEKI, N. M.; BERNARDI, J. Gestão de serviços públicos. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- BUGARIM, M. C. C. et al. Gestão pública responsável. Curitiba: Juruá, 2011.
- CASTRO, A. C.; CASTRO C. O. Gestão pública contemporânea. Curitiba: InterSaberes, 2014.

DISCIPLINA:
GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

RESUMO

Caro aluno, nesta disciplina vamos apresentar assuntos interessantes que impactam a nossa vida. Você é nosso convidado para refletir sobre temas que dizem respeito à gestão das finanças públicas. Vamos lá? Começamos com uma pergunta: quando começa a nossa relação com o setor público? Bem, o setor público está associado à prestação de serviços pelo Estado, aos cidadãos de um país. Desde o momento em que acordamos, nos relacionamos com diversos serviços prestados pelo Estado, de forma direta ou indireta: ao acordar, ligamos o interruptor para iluminar a casa, vamos tomar banho, escovar os dentes, fazer e tomar café da manhã e nos preparamos para sair (para o trabalho ou para os estudos). Depois, pegamos o transporte público ou nosso veículo próprio e chegamos ao nosso destino matinal. Consegue perceber quando começa a nossa relação com o setor público?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FINANÇAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E TEORIA
ESPÉCIES DE ORÇAMENTOS
FUNÇÕES DO GOVERNO
FONTE NORMATIVA DO DIREITO FINANCEIRO BRASILEIRO

AULA 2
NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO BRASILEIRO
CICLO ORÇAMENTÁRIO
PLANO PLURIANUAL (PPA)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

AULA 3
PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS EXPLÍCITOS NA LEI N. 4.320/1964
PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO E DA DISCRIMINAÇÃO
PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE
PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DAS DESPESAS
OUTROS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

AULA 4
HISTÓRICO E OBJETIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS E IMPLANTAÇÃO DA LEI)
PRINCÍPIOS DA LRF
LICITAÇÕES PÚBLICAS CONCEITOS, OBRIGATORIEDADE
MODALIDADES DE LICITAÇÕES PÚBLICAS
LICITAÇÃO DISPENSADA E LICITAÇÃO DISPENSÁVEL

AULA 5
CRIMES DE RESPONSABILIDADE E CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS
GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO
GESTÃO DE RISCOS
COMPLIANCE (PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO GOVERNO FEDERAL)
PERSPECTIVAS FUTURAS NA ÁREA DE CONTROLE (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA, INTERNET DAS COISAS ETC.)

AULA 6
AUDITORIA GOVERNAMENTAL (FINALIDADE, OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA):
NBASP 100 – CORRESPONDENTE À ISSAI 100
AUDITORIA GOVERNAMENTAL: NBASP NÍVEIS 1, 2 E 3
NBASP 3000 – NORMA PARA AUDITORIA OPERACIONAL; NBASP 300 – ISSAI 300
NBASP 4000 – NORMA PARA AUDITORIA DE CONFORMIDADE
NBASP 200 – ISSAI 200 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- ARVATE, P.; BIDERMAN, C. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.
- ALUDO, A. Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

DISCIPLINA:
ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

EMENTA

Nesta disciplina, nos dedicaremos aos fundamentos da accountability e seus mecanismos. Vamos nos debruçar sobre pesquisas que se propuseram a compreender o significado do termo no Brasil, e identificar os meios de realização, fazendo classificações. Também vamos identificar na prática o que se entende por accountability. Também verificaremos que uma só palavra não define accountability – por ser polissêmica e multidimensional (Taylor, 2019, p. 1318), envolve ações distintas, com atores e papeis diversos. Veremos ainda que a accountability é muito importante nos estados democráticos, sendo forte nos locais em que há maturidade política e consciência do poder de atuação dos administrados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ACCOUNTABILITY – CONTEXTO E REALIDADE BRASILEIRA
DEFINIÇÕES INICIAIS
TIPOS DE ACCOUNTABILITY
OS AGENTES E A ACCOUNTABILITY
A ACCOUNTABILITY EM NOSSO COTIDIANO

AULA 2

OS MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL
GOVERNANÇA PÚBLICA
OS MODELOS DE GESTÃO, A GOVERNANÇA E A ACCOUNTABILITY
INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA VOLTADOS À ACCOUNTABILITY
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ACCOUNTABILITY

AULA 3

A INFORMAÇÃO ENQUANTO PROMOTORA DA PARTICIPAÇÃO E REALIZAÇÃO DOS IDEAIS DEMOCRÁTICOS
RESPOSTA OU JUSTIFICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO AO CONTROLE INSTITUCIONAL E SOCIAL
A SANÇÃO COMO ELEMENTO GARANTIDOR DA ACCOUNTABILITY
O ELO DAS DIMENSÕES DA ACCOUNTABILITY
COMPLIANCE E ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4

ASPECTOS HISTÓRICOS ACERCA DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA E LEGALIDADE
TRANSPARÊNCIA E MORALIDADE
TRANSPARÊNCIA É PUBLICIDADE?
COMO CONCEITUAR A TRANSPARÊNCIA?

AULA 5

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E DEMOCRACIA
TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY
TRANSPARÊNCIA E EFETIVIDADE
TRANSPARÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO ESTATAL

AULA 6

INTERNET E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
MARCOS REGULATÓRIOS PROPICIADORES DA TRANSPARÊNCIA
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
CONSULTAS PÚBLICAS
MÍDIAS SOCIAIS

BIBLIOGRAFIA

- DEPRÁ, V. O. B.; LEAL, M. C. H. Fiscalização do orçamento público: accountability e controle social da atividade financeira do Estado. Revista do Direito Público, Londrina, v. 12, n. 3, p. 216-241, dez. 2017.
- ROBL FILHO, I. N.; GARCIA JUNIOR, R. Corrupção: uma análise a partir da economia institucional e da accountability horizontal em busca da efetividade do controle da administração pública. Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, v. 10, p. 478-497, jul.-dez. 2018.

- LENHARDT, A.; FONTANA, E. Políticas Públicas de Acesso à internet: a (possível) cobrança de dados e a consequente mitigação do acesso à internet no país. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 12., 2016. Anais... Santa Cruz: UNISC, 2016.

DISCIPLINA:
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESUMO

Para entender melhor as regras constitucionais aplicáveis à Administração Pública, é indispensável conhecer os princípios constitucionais a ela vinculados. Para a ciência do Direito, os princípios são parte da estrutura jurídica. Os princípios direcionam a elaboração e interpretação das normas visto que entabulam valores e diretrizes para que o sistema jurídico seja equilibrado e racional. A Constituição Federal brasileira (CF), no art. 37, estabelece cinco princípios básicos vinculados à administração pública direta e indireta – autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." É indene de dúvida que os princípios são fundamentais para uma perfeita interpretação e integração da norma ao caso prático. Algumas normas infraconstitucionais também descrevem princípios expressos aplicáveis à Administração Pública, Lei 9.784/1999, Lei 8.666/1993 e Lei 12.462/2011, porém não serão objeto de estudo nesse momento. Os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, os quais passa-se a estudar, são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE
PRINCÍPIO DA MORALIDADE
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE
PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

AULA 2
CONCURSO PÚBLICO
ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS
CARGOS ACESSÍVEIS APENAS PARA BRASILEIROS NATOS
DECISÕES JUDICIAIS ACERCA DE CONCURSO

AULA 3
ASSOCIAÇÃO SINDICAL
DIREITO DE GREVE
SISTEMA REMUNERATÓRIO E ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS
TETO REMUNERATÓRIO

AULA 4
APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PENSÃO POR MORTE
ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS
ABONO DE PERMANÊNCIA

AULA 5
DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS SERVIDORES MILITARES
DIREITOS POLÍTICOS DOS MILITARES
PROIBIÇÃO DO DIREITO DE GREVE E SINDICALIZAÇÃO

HABEAS CORPUS NAS PUNIÇÕES DISCIPLINARES

AULA 6
DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA
DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA
DA PROBIDADE NA ADMINISTRAÇÃO
TIPOS DE IMPROBIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BARCHET, G. Direito administrativo: teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- DI PIETRO, M. S. Z. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____, M. S. Z. Direito administrativo. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros,1998.
- MORAES, A. de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2017.